UFU
Universidade Federal de Uberlândia

Business School CEIPA

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E A FUNDACIÓN UNIVERSITARIA CEIPA

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, fundação pública de ensino superior, integrante da Administração Pública Federal Indireta, instituída pelo Decreto-lei nº.762 de 14 de agosto de 1969, alterado pela Lei nº. 6532, de 24 de maio de 1978, localizada na Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, no Município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, registrada no CNPJ/MF sob o número 25.648.3870001-18, neste ato representada pelo seu Reitor, **Prof. Dr. Valder Steffen Júnior**, [redacted] doravante referida como "**UFU**", e a **FUNDACIÓN UNIVERSITARIA CEIPA**, com NIT 890.910.961-7, Instituição de Educação Superior, legalmente reconhecida pelo Ministério de Educação Nacional, entidade sem fim lucrativo, com domicílio em Calle 77 Sur No. 40 - 165, ciudad de Sabaneta, Departamento de Antioquia, República de Colombia, representada pelo seu Reitor **DIEGO MAURICIO MAZO CUERVO**, maior de idade, vecino de Envigado., [redacted] doravante referida como "**CEIPA**"; acordam em firmar este Memorando de Entendimento, doravante, "**MOU**", a fim de promover cooperação acadêmico-científica em educação superior, pesquisa e inovação.

1. DA MOTIVAÇÃO

O presente **MOU** é motivado pelas perspectivas positivas de internacionalização e de cooperação acadêmica e científica relacionadas às possibilidades de desenvolvimento de ações de interesse comum, com benefícios mútuos, entre as instituições, a partir da experiência consolidada de ambas em atividades de natureza acadêmica e científica.

2. DO OBJETO

Ambas as instituições firmam entendimento prévio no interesse comum de estabelecer e estimular relações mutuamente benéficas no que

MEMORÁNDUM DE ENTENDIMIENTO QUE ENTRE SÍ CELEBRAN LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA Y LA FUNDACIÓN UNIVERSITARIA CEIPA.

La **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, fundación pública de enseñanza superior, integrante de la Administración Pública Federal Indirecta, instituída por Decreto-Ley N° 762 de fecha 14 de agosto de 1969, modificado por Ley N° 6532 de fecha 24 de mayo de 1978, con domicilio en la Avenida João Naves de Ávila, n. 2121, Municipio de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, registrada en el CNPJ/MF bajo el número 25.648.3870001-18, representada en este acto por su Rector **Prof. Dr. Valder Steffen Júnior**, en adelante "**UFU**"; y la FUNDACIÓN UNIVERSITARIA CEIPA, con NIT 890.910.961-7, Institución de Educación Superior, legalmente reconocida por el Ministerio de Educación Nacional, entidad sin ánimo de lucro, con domicilio con domicilio en Calle 77 Sur No. 40 - 165, ciudad de Sabaneta, Departamento de Antioquia, República de Colombia, representada por su Rector DIEGO MAURICIO MAZO CUERVO, mayor de edad, vecino de Envigado., [redacted] en adelante "**CEIPA**"; acuerdan firmar este Memorándum de Entendimiento, en adelante "**MdE**", con el fin de promover la cooperación académico-científica en educación superior, investigación e innovación.

1. MOTIVACIÓN

El presente **MdE** es motivado por las perspectivas positivas de internacionalización y de cooperación académica y científica vinculadas a las posibilidades de desarrollo de acciones de interés común, con beneficios mutuos, entre las instituciones, a partir de la experiencia consolidada de ambas en actividades de naturaleza académica y científica.

2. OBJETO

Las instituciones convienen, bajo entendimiento previo de interés común, en establecer relaciones de mutuo beneficio en lo que refiere a

se refere a atividades acadêmicas e científicas, de pesquisa, ensino e extensão, com destaque para algumas das seguintes possibilidades: programas de intercâmbio de estudantes para estudos no exterior; programas de concessão de diplomas duplos; atividades de intercâmbio de docentes para fins de pesquisa, ensino e oferta de disciplinas especiais em suas respectivas áreas de especialização; realização de projetos de pesquisa em conjunto; efetivação da comunicação de resultados das investigações realizadas de modo conjunto; atividades de intercâmbio do corpo técnico-administrativo para fins de capacitação e treinamento em suas respectivas áreas de atuação; colaboração em atividades de assistência educacional ou econômica financiadas por terceiros; programas de intercâmbio de estudantes de pós-graduação no que diz respeito a projetos de pesquisa específicos ou disciplinas de interesse e relevância; intercâmbio da literatura científica e educacional produzida por quaisquer das instituições ou por ambas as instituições; intercâmbio de materiais sobre as pesquisas mais relevantes e atuais realizadas por pesquisadores de ambas as instituições; organização conjunta de conferências, seminários e simpósios de interesse para ambas as instituições, dentre outros.

3. DA EXECUÇÃO

Para execução das atividades referentes à este MOU, as instituições respeitarão de modo recíproco os regulamentos existentes em ambas instituições, bem como estabelecerão **ACORDOS DE COOPERAÇÃO ESPECÍFICOS**, que conterão **PLANOS DE TRABALHO**, devidamente aprovados e que necessariamente deverão estar vinculados ao presente **MOU**. Os **PLANOS DE TRABALHO** deverão conter, no mínimo: 1) Identificação clara dos responsáveis pela execução do projeto/programa; 2) Objetivos; 3) Metas; 4) Interesse comum; 5) Benefícios mútuos; 6) Etapas/atividades previstas; 7) Cronograma detalhado; 8) Recursos humanos envolvidos (forma de participação, dias e horários relacionados à cooperação); 9) Formas de financiamento; 10) Formas de divulgação de resultados parciais e final (eventos, publicações etc.); 11) Previsão de elaboração de relatórios parciais e final; 12) Outras informações relevantes. Além disso, no que se refere à UFU, os **PLANOS DE TRABALHO** deverão ser aprovados no âmbito das unidades acadêmicas envolvidas, antes de poderem integrar um **ACORDO ESPECÍFICO DE**

actividades académicas y científicas, de investigación, enseñanza y extensión, con énfasis en las siguientes posibilidades: Programas de intercambio de estudiantes para realizar estudios en el exterior; programas de doble titulación; actividades de intercambio de docentes con fines de investigación, enseñanza y oferta de cursos en sus respectivas áreas de especialización; realización de proyectos conjuntos de investigación; comunicación de los resultados de investigaciones conjuntas; actividades de intercambio de personal técnico-administrativo con fines de capacitación y entrenamiento en sus respectivas áreas de actuación; colaboración en actividades de asistencia educativa o económica financiadas por terceros; programas de intercambio de estudiantes de posgrado vinculados a proyectos de investigación específicos o disciplinas de interés y relevancia; intercambio de literatura científica y educativa producida por ambas instituciones o cualquiera de ellas; intercambio de materiales sobre las investigaciones más relevantes y actuales desarrolladas por investigadores de ambas instituciones; organización conjunta de conferencias, seminarios y simposios de interés para ambas instituciones; entre otras.

3. EJECUCIÓN

Para la ejecución de las actividades referidas en este **MdE**, las instituciones respetarán en modo recíproco los reglamentos existentes en cada una de ellas, y establecerán **Convenios Específicos de Cooperación**, que contendrán **Planes de Trabajo** debidamente aprobados, que necesariamente estarán vinculados al presente **MdE.** Los **Planes de Trabajo** deberán contener, como mínimo: 1) Identificación clara de los responsables de la ejecución del proyecto/programa; 2) Objetivos; 3) Metas; 4) Interés común; 5) Beneficios mutuos; 6) Etapas/actividades previstas; 7) Cronograma detallado; 8) Recursos humanos involucrados (formas de participación, días y horarios comprometidos a la cooperación); 9) Formas de financiamiento; 10) Formas de divulgación de resultados parciales y finales (eventos, publicaciones, etc); 11) Previsión de elaboración de informes parciales y finales; 12) Otras informaciones relevantes. Más allá de eso, en lo que se refiere a la **UFU**, los **Planes de Trabajo** deberán ser aprobados en el ámbito de las unidades académicas involucradas, antes de

COOPERAÇÃO.

4. DA VIGÊNCIA

O presente MOU vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de duas renovações automáticas para períodos sucessivos de 05 (cinco) anos, salvo uma das instituições notificar a outra da rescisão, por escrito, pelo menos 90 (noventa) dias antes da data de expiração. Esgotados o prazo inicial e as duas renovações automáticas previstas, caso seja de interesse das instituições prosseguir com a colaboração acadêmica, dever-se-á elaborar Termo Aditivo.

5. DO FINANCIAMENTO

A instituições acordam que cada atividade estabelecida de acordo com este **MOU** dependerá da disponibilidade de financiamento, devendo acordos financeiros serem negociados para cada atividade antes de se firmar qualquer **Acordo Específico de Cooperação** a ele relacionado. As instituições acordam que envidarão esforços aceitáveis para obterem recursos financeiros adequados para as atividades previstas nos futuros **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO**, a partir dos termos dispostos no presente **MOU**. As instituições acordantes poderão compartilhar os custos inerentes às diversas atividades, segundo a sua regulamentação interna e disponibilidade. A execução de atividades de cooperação pelos participantes não gera vínculo empregatício.

6. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos **ACORDOS ESPECÍFICOS DE COOPERAÇÃO** e em seus respectivos **PLANOS DE TRABALHO**, que necessariamente estarão vinculados ao presente **MOU**. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o consentimento prévio, por escrito, das instituições. A parte que

poder integrar un **Convenio Específico de Cooperación**.

4. VIGENCIA

El presente **MdE** tendrá una duración de diez (10) años, contados a partir de la fecha de firma, con posibilidad de dos renovaciones automáticas por períodos sucesivos de cinco (5) años, a menos que cualquiera de las instituciones denuncie el presente mediante comunicación escrita, al menos noventa (90) días antes de la fecha de terminación. Agotados el plazo inicial y las dos renovaciones automáticas previstas, en caso que resulte de interés de las instituciones proseguir con la cooperación académica, se deberá establecer un **Término Aditivo**.

5. FINANCIAMIENTO

Las instituciones acuerdan que cada actividad establecida en el marco de este **MdE** dependerá de las disponibilidades presupuestarias de cada una de ellas, debiéndose negociar acuerdos financieros para cada actividad antes de firmar cualquier **Convenio Específico de Cooperación**. Las instituciones se comprometen a realizar esfuerzos activos para gestionar la obtención de recursos financieros adecuados para la realización de las actividades previstas en futuros **Convenios Específicos de Cooperación**, de acuerdo a los términos establecidos en este **MdE**. Las instituciones podrán compartir los costos inherentes a tales actividades, de acuerdo a sus reglamentaciones internas y disponibilidad presupuestaria. La ejecución de actividades de cooperación no genera ningún compromiso financiero para las partes.

6. PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades de investigación conjunta que puedan producir resultados posibles de ser protegidos por derechos de propiedad intelectual, deberán estar previstas en los **Convenios Específicos de Cooperación** y en sus respectivos **Planes de Trabajo**, que necesariamente estarán vinculados al presente **MdE**. Ambas universidades deberán acordar mecanismos de articulación que garanticen la adhesión de todos los intervinientes a las reglas establecidas en sus propias regulaciones sobre Propiedad Intelectual. Ningún resultado de la cooperación científica o técnica podrá ser utilizado sin consentimiento escrito previo de las partes. La parte que no cumpla con lo pactado

deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

7. DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Ambas as instituições se comprometem a uma política de igualdade de oportunidades, sendo vedada qualquer discriminação no que diz respeito a raça, cor, gênero, idade, etnia, religião, nacionalidade ou deficiência.

8. DAS NORMAS DE IMIGRAÇÃO E DO SEGURO

Os participantes das atividades acadêmicas e científicas dispostas neste **MOU** seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora e deverão responsabilizar-se por seus passaportes e, quando necessário, de seus vistos, bem como, pelas vacinas pertinentes e por contratar um seguro internacional de cobertura médica e hospitalar para permanência no exterior.

9. DA RESCISÃO

Este **MOU** poderá ser denunciado e/ou rescindido por qualquer uma das instituições, desde que aquela que assim o desejar comunique a outra, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. As atividades em andamento, por força de acordos de cooperação e de planos de trabalho previamente aprovados e cobertos por Termos Aditivos, não serão prejudicadas, devendo, consequentemente, ser concluídas.

10. DAS CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas e controvérsias que possam surgir na execução e interpretação do presente **MOU**, as instituições envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as instituições buscarão uma instituição internacional, competente no assunto e com representação no Brasil, para mediação e resolução do problema.

en esta cláusula asumirá la responsabilidad jurídica correspondiente.

7. IGUALDAD DE OPORTUNIDADES

Ambas instituciones se comprometen a una política de igualdad de oportunidades, siendo prohibida cualquier discriminación basada en la raza, color, género, edad, etnia, religión, nacionalidad o discapacidad.

8. NORMAS MIGRATORIAS Y DE SEGURO

Los participantes de las actividades académicas y científicas previstas en este **MdE** respetarán las normas migratorias del país de la institución receptora y serán responsables de la gestión de sus pasaportes y, cuando sea necesario, de sus visas, así como de las vacunas pertinentes y de la contratación de un seguro médico internacional por el período de permanencia en el exterior.

9. RESCISIÓN

Este **MdE** podrá ser denunciado o rescindido por cualquiera de las instituciones, a partir de comunicación escrita a la contraparte, con una antelación mínima de noventa (90) días. Las actividades en desarrollo, en virtud de **Convenios Específicos de Cooperación**, de **Planes de Trabajo** previamente rubricados y aquellas cubiertas en **Términos Aditivos**, no serán perjudicadas, debiendo, consecuentemente, ser concluidas.

10. CONTROVERSIAS

Para dirimir dudas y controversias que puedan surgir de la ejecución e interpretación del presente **MdE**, las instituciones se comprometen a poner sus esfuerzos en la búsqueda de una solución consensuada. De no ser posible, las instituciones recurrirán a una institución internacional competente en el asunto y con representación en Brasil, para la mediación y solución del problema.

11. DA PUBLICAÇÃO

A UFU providenciará a publicação resumida dos termos deste **MOU** e de seus aditamentos no Diário Oficial da União, até o 5º. (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura.

E, por estarem assim acordados, assinam o presente instrumento, em versão bilíngue, de igual teor e forma, para fins de direito.

Uberlândia, 30 **de** JUNHO **de 2020.**

Pela Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Valder Steffen Júnior
Reitor

11. PUBLICACIONES

La UFU procurará la publicación resumida de los términos de este **MdE** y de sus anexos en el Diário Oficial da União, hasta el quinto día hábil del mes siguiente a su firma.

En prueba de conformidad las partes firman dos (2) ejemplares en versión bilingüe, de un mismo tenor y a un solo efecto.

San Diego, 1 **de** Julio **de 2020.**

Por la FUNDACIÓN UNIVERSITARIA CEIPA

DIEGO MAURICIO MAZO CUERVO
Rector